PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO

QUESTÃO ÚNICA

41. É competência exclusiva do Congresso Nacional:

(A) eleger membros do Conselho da República.

(B) autorizar a instauração de processo contra o Presidente da República.

(C) processar e julgar o Presidente o Vice Presidente da República nos crimes de responsabilidade.

(D) dispor sobre os limites globais e condições para operação de crédito externo e interno da União.

(E) autorizar o Presidente da República a se ausentar do País, quando a ausência ultrapassar quinze dias.

42. Sobre emenda à Constituição marque a assertiva correta:

(A) a Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal.

(B) a proposta de emenda à Constituição será discutida e votada em turno único, sendo considerada aprovada se obtiver três quintos dos votos de cada casa legislativa.

(C) a matéria constante de proposta de emenda à Constituição rejeitada não poderá mais ser objeto de nova proposta.

(D) a Constituição poderá ser emendada mediante proposta de dois terços, no mínimo, dos membros do Senado Federal.

(E) a proposta de emenda à Constituição é de iniciativa exclusiva da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Presidente da República.

43. Analise as assertivas e assinale a alternativa correta.

(A) o Presidente da República, mediante decreto, disporá sobre a criação e extinção dos Ministérios.

(B) compete privativamente ao Presidente da República decretar o estado de defesa e o estado de sítio.

(C) vagando o cargo de Presidente e Vice-Presidente da República nos dois primeiros anos do período do mandato, far-se-á eleição até 180 dias após a vacância.

(D) o julgamento do Presidente da República por crimes comuns será realizado perante o Supremo Tribunal Federal e depende de admissão de dois terços do Congresso Nacional.

(E) o Presidente e Vice-Presidente da República deverão tomar posse em até cinco dias da data fixada para posse, salvo motivo de força maior, sob pena de declaração de vacância dos cargos.

44. Sobre o Poder Judiciário analise as alternativas e marque a correta.

(A) aos juízes é vetado dedicar-se à carreira político-partidária.

(B) os juízes gozam de vitaliciedade desde o ingresso na carreira.

(C) a Mesa da Câmara de Vereadores tem legitimidade para propor ação direta de inconstitucionalidade.

(D) compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar Prefeitos e Presidentes das Câmaras de Vereadores.

(E) os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria da Câmara de Deputados.

45. Analise as afirmativas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa correta.

I – O militar, enquanto em serviço ativo, não poderá ser filiado a partido político.
II – Não caberá *habeas corpus* em relação à punições disciplinares militares.
III – Embora permitida a sindicalização aos militares, é proibida a realização de greve.

(A) somente I está correta
(B) somente II está correta
(C) somente III está correta
(D) somente I e II estão corretas
(E) somente I e III estão corretas

46. Em torno dos conhecimentos sobre responsabilidade civil é correto afirmar:

(A) o abuso de direito enseja responsabilidade civil, sendo suficiente, para que o sujeito possa ser responsabilizado civilmente, desde que haja provas da intenção de prejudicar terceiro.

(B) a exemplo da responsabilidade civil por ato ilícito em sentido estrito, o dever de reparar decorrente do abuso de direito depende da comprovação de ter o indivíduo agido com culpa ou dolo.

(C) a ilicitude dos atos jurídicos surge com a violação de direito alheio e a consequente configuração de dano a terceiro, não havendo falar em configuração de ato ilícito no exercício de um direito por seu titular.

(D) a destruição de coisa alheia a fim de remover perigo iminente não constitui ato ilícito civil, sobretudo se as circunstâncias a tornarem absolutamente necessária, e o agente não exceder os limites do indispensável para a remoção do perigo, por isso exclui o dever de indenizar o dano causado.

(E) o Código Civil, ao prescrever que o juiz pode reduzir equitativamente a reparação do dano material se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, adota a teoria da gradação da culpa a influenciar na definição do *quantum* indenizatório. Contudo, nas hipóteses de responsabilidade objetiva, por não se apurar a culpa, não se cogita da diminuição da indenização.

47. Em torno dos conhecimentos sobre jurisdição, ação e capacidade processual é correto afirmar:

(A) ninguém poderá pleitear, em nome próprio, direito alheio.

(B) capacidade de ser parte equivale à capacidade postulatória.

(C) a irregularidade da representação das partes é vício insanável.

(D) somente para o réu preso e para o incapaz deverá o juiz nomear curador especial.

(E) é admissível ação declaratória, visando a obter certeza quanto à exata interpretação de cláusula contratual.

48. A respeito dos contratos, assinale a opção correta.

(A) O respeito ao princípio da boa-fé objetiva se limita ao período que vai da conclusão até a execução do contrato.

(B) O princípio da autonomia privada, segundo o qual o sujeito de direito pode contratar com liberdade, está limitado à ordem pública e à função social do contrato.

(C) Os contratos atípicos não exigem a observância rigorosa das normas gerais fixadas no Código Civil, pois que nestes casos os contratantes possuem maior liberdade para contratar.

(D) Para que se caracterize a resolução por onerosidade excessiva prevista no Código Civil é preciso que o contrato, de execução imediata, continuada ou diferida, gere excessiva onerosidade para uma das partes e extrema vantagem para a outra, em face de acontecimentos previsíveis ou não.

(E) Nos contratos de adesão, as partes podem criar regras próprias de interpretação, pois as previstas na teoria geral dos contratos são de natureza supletiva, podendo ser afastadas por convenção que estipule que as cláusulas não podem ser interpretadas contra o estipulante ou que represente renúncia antecipada por qualquer das partes a direito resultante da natureza do negócio.

49. Analise as afirmativas abaixo, sobre a competência, e em seguida, assinale a alternativa correta.

I. A instituição de juízo arbitral pelas partes altera a regra de competência definida em lei.

II. É absoluta a competência territorial.

III. Independentemente da nacionalidade do réu, tendo este domicílio no Brasil, a competência para o julgamento da causa será da autoridade judiciária brasileira.

(A) somente I está correta
(B) somente II está correta
(C) somente III está correta
(D) somente I e III estão corretas
(E) somente II e III estão corretas

50. A partir dos estudos em torno dos atos processuais no processo civil, pode-se dizer que:

(A) a Fazenda Pública tem prazo em dobro para contestar.
(B) o prazo judicial tem sua contagem suspensa nos feriados.
(C) a citação e a penhora poderão realizar-se em domingos e feriados.
(D) os prazos peremptórios podem ser reduzidos ou prorrogados a pedido das partes.
(E) a desistência da ação produz efeito imediato, independente de homologação judicial.

51. Sobre os recursos no Processo Civil, analise as proposições abaixo, assinalando a alternativa correta.

(A) O recurso adesivo dispensa preparo.
(B) Somente a parte vencida poderá interpor recurso.
(C) A desistência do recurso depende da anuência da outra parte, porquanto completa a relação processual.
(D) Os embargos de declaração suspendem o prazo para a interposição de outros recursos, por qualquer das partes.
(E) Ainda que pendente de julgamento a apelação, poderá a parte prosseguir na execução da tutela antecipada que lhe foi deferida.

52. Sobre a execução no processo civil, analise as afirmativas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa correta.

I. É possível a cumulação de execuções, ainda que fundadas em títulos diferentes.
II. Constitui-se em título executivo extrajudicial o crédito decorrente de foro e laudêmio.
III. A certidão comprobatória do ajuizamento da execução não é suficiente para fins de averbação no registro de imóveis.

(A) somente I está correta
(B) somente II está correta
(C) somente III está correta
(D) somente I e II estão corretas
(E) somente II e III estão corretas

53. Em torno do mandado de segurança pode-se afirmar:

(A) havendo decisão denegatória, ainda que esta não tenha apreciado o mérito, não poderá o pedido de mandado de segurança ser renovado.

(B) qualquer pessoa interessada poderá ingressar em litisconsórcio ativo no mandado de segurança, independentemente da fase do processo.

(C) cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.

(D) havendo ato ilegal, independentemente da existência de recurso administrativo contra este, pode a parte prejudicada, em qualquer circunstância impetrar mandado de segurança.

(E) o titular de direito líquido e certo decorrente de direito, em condições idênticas, de terceiro poderá impetrar mandado de segurança a favor do direito originário, se o seu titular não o fizer, no prazo de 30 (trinta) dias, quando notificado judicialmente.

54. Considerando os princípios do direito ambiental é correto afirmar:

(A) o princípio do desenvolvimento sustentável se consubstancia nas práticas de desenvolvimento que ajudam a atender as necessidades atuais sem comprometer as condições futuras para as próximas gerações.

(B) desde que autorizado por lei, as terras devolutas necessárias à proteção da floresta amazônica podem ser alienadas.

(C) a Constituição adotou o critério da hierarquia para distribuir competências de natureza ambiental entre os entes federados, sendo as normas federais superiores às demais.

(D) os critérios econômico, ambiental e social são os fundamentos do princípio do desenvolvimento sustentável.

(E) de acordo com o princípio poluidor-pagador, o poluidor deve pagar pela poluição causada que importe em danos à saúde humana, sendo os outros efeitos da poluição repartidos por toda a sociedade em função do risco das atividades econômicas.

55. A respeito do licenciamento ambiental, assinale a opção correta.

(A) somente a União, os Estados e o Distrito Federal tem competência para emitir licença ambiental.
(B) o licenciamento é cabível em caso de obras e atividades efetiva ou potencialmente poluidoras.
(C) o licenciamento ambiental é exigível para qualquer obra ou atividade, por expressa disposição constitucional.
(D) o estudo de impacto ambiental é cabível e exigível para qualquer obra ou atividade, por expressa disposição constitucional.
(E) o estudo de impacto ambiental será exigido quando houver possibilidade de significativa degradação, sendo vedado ao órgão ambiental dispensá-lo.

56. Sobre a execução trabalhista é correto afirmar:

(A) o prazo para embargos à execução é de dez dias.
(B) é irrestrita a matéria de defesa nos embargos à execução.
(C) a competência para a execução trabalhista é sempre do juízo de primeira instância.
(D) o juiz não determinará à penhora de bens antes do devedor apresentar a sua impugnação aos cálculos de liquidação.
(E) os termos de ajuste de conduta firmados perante o Ministério Público do Trabalho constituem-se em título executivo extrajudicial.

57. Sobre a duração do trabalho é correto afirmar:

(A) trabalho em tempo parcial é aquele cuja duração não ultrapassa quatro horas diárias.

(B) em qualquer trabalho contínuo, é obrigatória a concessão de um intervalo mínimo de uma hora.

(C) entre duas jornadas de trabalho haverá um período mínimo equivalente ao da jornada legal para descanso.

(D) o acordo de compensação de jornada somente tem validade se não houver prestação de horas extras habituais.

(E) o tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho e para o seu retorno em nenhuma hipótese é computado na jornada de trabalho.

58. Sobre o contrato de emprego de servidor público, analise as afirmativas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa correta.

I. A Constituição da República de 1988 veda a adoção do regime celetista para os servidores públicos.

II. A contratação irregular de servidor público confere a este apenas o direito ao pagamento do salário e dos valores referentes aos depósitos fundiários.

III. A Constituição da República de 1988 prevê a possibilidade de contratação de servidor público sem prévia aprovação em concurso público.

(A) somente I está correta

(B) somente II está correta

(C) somente III está correta

(D) somente I e III estão corretas

(E) somente II e III estão corretas

59. Analise as assertivas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa correta.

(A) A época da concessão das férias é de livre escolha do empregado.

(B) Contra os menores de 18 anos não corre nenhum prazo prescricional.

(C) O empregado que se demite antes de completar doze meses de serviço perde o direito a férias proporcionais.

(D) O empregador está obrigado a custear, tão somente, os exames médicos para admissão e despedida do empregado.

(E) É garantido à empregada, durante a gravidez, dispensa do horário de trabalho pelo tempo necessário à realização de até seis consultas médicas.

60. Nos termos da Constituição Federal, analise as afirmativas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa correta:

I. Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.
II. De acordo com a Constituição Federal, a lei definirá os setores da atividade econômica para os quais a contribuição da empresa incidente sobre o faturamento ou a receita e a contribuição do importador serão não-cumulativas.
III. A Constituição Federal proíbe a concessão de remissão ou anistia da contribuição previdenciária dos trabalhadores e demais segurados da Previdência Social.

(A) somente I está correta
(B) somente II está correta
(C) somente III está correta
(D) somente I e II estão corretas
(E) somente II e III estão corretas

61. Analise as afirmativas abaixo, colocando entre parênteses a letra **"V"**, quando se tratar de afirmativa verdadeira, e a letra **"F"**, quando se tratar de afirmativa falsa. A seguir, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

( ) João é estudante de Administração de Empresas e foi contratado como estagiário de uma instituição financeira. A sua contratação obedeceu às disposições contidas na lei nº 11.788/2008, que disciplina o estágio de estudantes. Nesta situação, João enquadra-se como segurado obrigatório do regime geral de Previdência Social, na categoria de empregado.
( ) O médico residente enquadra-se como segurado obrigatório do regime geral de Previdência Social, na categoria de empregado.
( ) O sócio gerente e o sócio cotista que recebam remuneração decorrente de seu trabalho enquadram-se como segurados obrigatórios do regime geral de Previdência Social na categoria de contribuinte individual.

(A) V – F – F
(B) V – V – F
(C) V – V – V
(D) F – V – V
(E) F – F – V

62. Em relação às prestações devidas pelo regime geral de Previdência Social, assinale a alternativa correta.

(A) A concessão de aposentadoria por invalidez independe do cumprimento de carência pelo segurado.
(B) O fator previdenciário deve ser aplicado obrigatoriamente no cálculo do salário de benefício de aposentadoria por tempo de contribuição.
(C) O valor da aposentadoria por idade do segurado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa será acrescido de vinte e cinco por cento.
(D) O salário-família é um benefício previdenciário devido aos empregados, aos trabalhadores avulsos e aos contribuintes individuais, desde que preencham os requisitos previstos na legislação.
(E) Pedro é aposentado por invalidez. Após submeter-se a perícia médica realizada pela Previdência Social, constata-se que Pedro pode recuperar a sua capacidade laborativa, desde que se submeta a tratamento cirúrgico. Nesta hipótese, Pedro será obrigado a submeter-se à cirurgia, sob pena de suspensão do benefício.

63. Acerca dos atos administrativos, analise as afirmativas abaixo e, em seguida, assinale a opção correta.

I. A teoria dos motivos determinantes condiciona a validade do ato administrativo aos motivos que foram indicados como seu fundamento.
II. A revogação pode ter por objeto os atos administrativos vinculados.
III. A presunção de legitimidade é um atributo dos atos administrativos, segundo o qual, até que se prove o contrário, eles são considerados verdadeiros e conforme o direito.

(A) somente I está correta
(B) somente II está correta
(C) somente III está correta
(D) somente I e II estão corretas
(E) somente I e III estão corretas

64. Sobre o regime disciplinar dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, analise as afirmativas abaixo e, em seguida, assinale a resposta correta.

I. Será cassada a aposentadoria ou a disponibilidade do inativo que houver praticado, na atividade, ato de improbidade administrativa.

II. A inassiduidade habitual é falta punível com advertência.

III. Por serem independentes as instâncias, é possível a responsabilização administrativa do servidor, ainda que tenha havido absolvição criminal por negativa de existência do fato ou da sua autoria.

(A) somente I está correta
(B) somente II está correta
(C) somente III está correta
(D) somente I e II estão corretas
(E) somente I e III estão corretas

65. Sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, assinale a resposta correta.

(A) A decisão de recursos administrativos pode ser objeto de delegação.

(B) O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em dez anos.

(C) São legitimados como interessados no processo administrativo aqueles que, sem terem iniciado o processo, têm direitos ou interesses que possam ser afetados pela decisão a ser adotada.

(D) Inexistindo disposição específica, os atos do órgão ou autoridade responsável pelo processo e dos administrados que dele participem devem ser praticados no prazo de quinze dias, salvo motivo de força maior.

(E) Os processos administrativos de que resultem sanções poderão ser revistos, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando surgirem fatos novos ou circunstâncias relevantes suscetíveis de justificar a inadequação da sanção aplicada. Da revisão do processo poderá resultar, inclusive, o agravamento da sanção.

66. Sobre normas para licitações e contratos da Administração Pública, assinale a resposta correta.

(A) Nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem, a licitação é inexigível.

(B) É inexigível a licitação quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.

(C) É dispensável a licitação para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

(D) Para comprovar a regularidade fiscal, o licitante deverá apresentar, dentre outros documentos, prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

(E) A declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos. A nulidade não obriga a Administração a indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, ainda que a ele não possa ser imputável.

67. Sobre as disposições legais atinentes aos contratos administrativos, avalie as afirmativas abaixo e em seguida assinale a resposta correta.

I. É permitida à administração pública a realização de contrato por tempo indeterminado.

II. A administração não pode modificar unilateralmente o contrato, ainda que seja para melhor adequação às finalidades de interesse público.

III. Constitui motivo para a rescisão unilateral do contrato pela administração, a subcontratação total ou parcial do seu objeto, quando não admitida no edital e no contrato.

(A) somente I está correta
(B) somente II está correta
(C) somente III está correta
(D) somente I e II estão corretas
(E) somente I e III estão corretas

68. Quanto aos bens públicos, avalie as afirmativas abaixo e, em seguida, assinale a resposta correta.

I. Os rios, mares, estradas, ruas e praças são bens de uso comum do povo.
II. Os bens dominicais são inalienáveis.
III. Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.

(A) somente I está correta
(B) somente II está correta
(C) somente III está correta
(D) somente I e II estão corretas
(E) somente I e III estão corretas

69. De acordo com as disposições constitucionais relativas ao Sistema Tributário Nacional, assinale a alternativa correta.

(A) O IPI incidirá sobre produtos industrializados destinados ao exterior.
(B) Os templos de qualquer culto são imunes à incidência dos tributos previstos no texto constitucional.
(C) Compete à lei complementar, dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
(D) É facultado ao Poder Executivo, atendidas as condições e os limites estabelecidos em lei, alterar as alíquotas do imposto sobre a propriedade territorial rural.
(E) Os fatos geradores, as bases de cálculo e os contribuintes das contribuições de seguridade social previstas no texto constitucional devem estar definidos em lei complementar.

70. De acordo com o Código Tributário Nacional – CTN, é uma causa de exclusão do crédito tributário:

(A) anistia
(B) remissão
(C) moratória
(D) compensação
(E) consignação em pagamento

71. Duas pessoas, pretendendo praticar um furto, realizam todos os atos preparatórios para o seu cometimento. Por circunstâncias alheias, o fato não ocorre. Na hipótese, os dois serão:

(A) punidos por tentativa.
(B) considerados impunes.
(C) punidos por furto simples consumado.
(D) punidos por furto qualificado consumado.
(E) punidos por formação de quadrilha ou bando.

72. Assinale a opção correta:

(A) A inimputabilidade por doença mental constitui uma exculpante legal.
(B) Na coação irresistível é necessário que o mal prenunciado pelo coator se dirija contra o coato.
(C) O erro sobre o elemento constitutivo do tipo legal de um crime exclui o dolo e impede a punição por crime culposo.
(D) O estado de necessidade exculpante consiste em salvar de perigo real um bem de valor maior, muito embora o de valor menor exigisse menos esforço do agente.
(E) Diz-se excluída a ilicitude de uma conduta, quando o agente a pratica defendendo-se de uma agressão pretérita, usando com moderação os meios necessários.

73. Assinale a alternativa correta:

(A) O esgotamento de toda a atividade executória constitui requisito da desistência voluntária.
(B) Dá-se, também, o crime impossível, quando os meios empregados são relativamente inidôneos à sua consumação.
(C) Não é culpado quem comete o crime em obediência a ordem direta de superior hierárquico, em assunto relativo a serviço.
(D) A pena pode ser atenuada quando o agente supõe lícito o fato, por ignorância escusável, em se tratando de crime contra o dever militar.
(E) Dá-se a tentativa imperfeita, quando, apesar da ação executória ter-se esgotado, não se alcançou o resultado desejado por motivo alheio à vontade do agente.

74. Sobre a investigação preliminar, no Direito Processual Penal Comum, é correto dizer que:

(A) Incumbe ao Delegado de Polícia o juízo preliminar de valor sobre a instauração, ou não, do inquérito policial. Contra essa decisão do Delegado não cabe recurso.
(B) O defensor do indiciado tem o direito de ter amplo acesso aos elementos de prova já documentados no procedimento investigatório, que digam respeito ao exercício da ampla defesa.
(C) De acordo com entendimento pacificado do STJ, o membro do Ministério Público pode atuar na fase investigativa que antecede à ação penal, ficando, entretanto, suspeito de oferecer a denúncia.
(D) Arquivado o inquérito policial, por despacho do juiz, a requerimento do Promotor de Justiça, pode a ação penal ser iniciada, sem novas provas, bastando que haja uma nova interpretação acerca da ocorrência do fato.
(E) A autoridade que preside o inquérito policial pode escolher, discricionariamente, as provas que deverão ser produzidas, não havendo hierarquia entre elas, tendo em vista que o direito brasileiro adota o princípio da livre valoração da prova.

75. Com relação aos prazos do inquérito policial, no Direito Processual Penal Comum, é correto dizer que:

(A) o prazo previsto na Lei de Drogas para a conclusão das investigações do inquérito é de trinta dias para réu preso, e noventa dias para réu solto, sem prorrogação.
(B) o prazo para a conclusão das investigações no caso de crime organizado é de oitenta e um dias para réus presos e cento e vinte dias para réus soltos, improrrogável.
(C) concluída a investigação, o prazo para oferecimento da denúncia, estando o réu preso, será de dez dias, contado da data em que o órgão do Ministério Público receber os autos do inquérito policial, e de quinze dias, se o réu estiver solto ou afiançado.
(D) concluída a investigação, o prazo para oferecimento da denúncia, estando o réu preso, será de cinco dias, contado da data em que o órgão do Ministério Público receber os autos do inquérito policial, e de quinze dias, se o réu estiver solto ou afiançado.
(E) os prazos para a finalização do inquérito, previstos no CPP, são de dez dias para réu preso e trinta dias para réu solto, sem prorrogação. Esses prazos se aplicam tanto aos crimes investigados pela Polícia Judiciária Militar, quanto aos crimes no âmbito da Polícia Federal.

76. Em relação ao crime de abandono de posto é correto afirmar:

(A) é um crime de perigo. Consuma-se com a ocorrência de fatos lesivos à Organização Militar.
(B) a prisão pode se efetivar, independentemente de ordem fundamentada de autoridade judiciária competente.
(C) a alegação do pequeno lapso temporal de afastamento do posto é suficiente para elidir a ideia de ocorrência do crime.
(D) é um crime material. Consuma-se com a simples criação de perigo para o bem jurídico protegido, sem produzir dano efetivo.
(E) não há distinção entre posto e lugar de serviço. Ambos configuram um local amplo, onde o militar deve permanecer no exercício de qualquer função militar.

77. Quanto à aplicação da lei penal militar, assinale a resposta correta.

(A) A lei excepcional é ultrativa, ou seja, aplica-se a fatos posteriores à sua vigência.
(B) Os crimes militares previstos para o tempo de paz são considerados crimes militares em tempo de guerra, em qualquer hipotese.
(C) O defeito de incorporação conhecido antes da prática do crime militar exclui a aplicação da lei penal respectiva.
(D) A ocorrência de uma lei supressiva de incriminação faz cessar todos os efeitos da sentença penal condenatória irrecorrível, inclusive, os de natureza civil.
(E) Não se aplica a lei penal militar brasileira ao crime cometido por militar brasileiro, em serviço, fora do território nacional, ainda que tratado internacional firmado pelo Brasil disponha nesse sentido.

78. Em relação ao Inquérito Policial Militar é correto afirmar que:

(A) são definitivas as provas periciais nele produzidas.
(B) deverá terminar dentro de vinte dias, se o indiciado estiver solto.
(C) possui caráter sigiloso, sendo vedado o acesso do advogado do indiciado.
(D) o encarregado poderá ter assistência de um membro do Ministério Público.
(E) ao encarregado é vedada a representação a fim de que seja decretada a prisão preventiva do indiciado.

79. No que se refere à prisão em flagrante prevista no Código de Processo Penal Militar é correto afirmar que:

(A) o desertor que se apresentar ou for capturado deve ser preso em flagrante.
(B) os militares devem prender em flagrante delito quem for insubmisso.
(C) lavrado o auto de flagrante delito, o preso permanece à disposição da autoridade militar.
(D) nas infrações permanentes, considera-se o agente em flagrante delito enquanto não cessada a consumação.
(E) logo após a lavratura do auto de prisão em flagrante, será dada ao preso nota de culpa assinada pela autoridade, com o motivo da prisão, o nome do condutor e os das testemunhas.

80. No que se refere à Polícia Judiciária Militar, é correto afirmar que:

(A) compete à Polícia Judiciária Militar requisitar da Polícia Civil ou Federal a realização de exames periciais.
(B) não compete à Polícia Judiciária Militar representar acerca da insanidade mental do indiciado.
(C) se o indiciado é oficial da reserva ou reformado, prevalece, para a delegação, a antiguidade do posto.
(D) não sendo possível a designação de oficial de posto superior ao do indiciado, para funcionar como encarregado do IPM, poderá ser feita a de oficial de qualquer posto.
(E) em se tratando de delegação para instauração de Inquérito Policial Militar, deverá aquela recair em oficial, independente da hierarquia.

FINAL DA PROVA